

Quem pode falar? Racismo e antirracismo no ensino de Antropologia

Messias Basques
(Beniba Centre for Slavery Studies, University of Glasgow)

Obrigado, Osmundo, pelo convite e pela organização do evento. Agradeço também à Carolina e às pessoas que tornaram possível esse encontro. Eu gostaria de começar dizendo que é muito oportuno falar depois de Gilson e Luena por uma série de razões, pois ambos ilustraram muito bem, de modo bastante criativo e importante, temas que são relevantes e caros a cada um e a cada uma de nós. De certo modo, podemos dizer que o nosso encontro gira em torno de como reinventar a Antropologia para além da sua marca colonial, da sua fundação colonial e colonizadora.

Tentarei trazer uma perspectiva que se baseia numa exposição de dados, inclusive de estatísticas, para que não nos acusem, como de costume, de que estamos tratando de uma questão meramente identitária, ou ainda de demandas de uma suposta minoria que anda com uma cartilha embaixo do braço, importada dos Estados Unidos ou de qualquer outro lugar. O objetivo é apresentar um panorama que evita e contorna esse tipo de polémica. Para tanto, vou recorrer a alguns dados que iluminam e ilustram o que os colegas disseram antes de mim e que servirão de pano de fundo para a minha fala no dia de hoje.

O título da minha apresentação é “Quem pode falar? Racismo e antirracismo no ensino de Antropologia”. Como muitos de vocês devem ter notado, o título faz referência à Grada Kilomba. Recomendo às pessoas que ainda não a conhecem que leiam a obra, tardiamente traduzida para o português, intitulada *Memórias da plantação: Episódios de racismo do*

cotidiano (2019), na qual há um capítulo dedicado justamente a uma reflexão acerca da pergunta “Quem pode falar?”. Eu considero importante mencionar esta obra de Grada Kilomba, pois ela tem me inspirado muito no que eu tenho feito nos últimos anos. Eu gostaria de abrir aspas e fazer uma breve citação: “Há muito tempo temos falado e produzido conhecimento independente, mas quando há assimetria de grupos no poder, há também assimetria no acesso que os grupos têm a recursos necessários para implementar as suas próprias vozes. Porque nos falta controle sobre tais estruturas, a articulação de nossas próprias perspectivas fora de nossos grupos torna-se extremamente difícil, se não irrealizável” (Kilomba, 2019, p. 52). E eu gostaria de destacar o trecho a seguir: “Como resultado, o trabalho de escritoras/es e intelectuais negras/os permanece, em geral, fora do corpo acadêmico e de suas agendas” (p. 53). Fim de citação.

De agora em diante, vou retomar aspectos discutidos por Gilson e Luena, mas a partir de algumas estatísticas e das seguintes perguntas: qual é a cara dos professores universitários? Quem somos nós enquanto classe? O que nos diz a reflexão de Grada Kilomba em face do perfil racial do corpo docente de um país como o Brasil?

Como vocês podem ver no Gráfico 1, a maioria dos professores universitários se encontra em instituições privadas. Porém, como vocês devem ter notado, a soma dos percentuais excede 100%. Isto porque há pessoas que têm jornada de trabalho dupla ou quando não tripla, e que muitas vezes dividem o seu tempo e atribuições entre instituições privadas e públicas.

O Gráfico 2 retrata que 50% dos professores brasileiros do ensino superior têm doutorado, uma parcela muito expressiva tem mestrado e um número considerável tem, pelo menos, especialização. Podemos perceber que são poucos os casos de professores que têm apenas graduação, e menor ainda é o número daqueles professores que não têm graduação e, por algum motivo, lecionam no Ensino Superior.

Número de professores universitários, por natureza da instituição

EM 2021

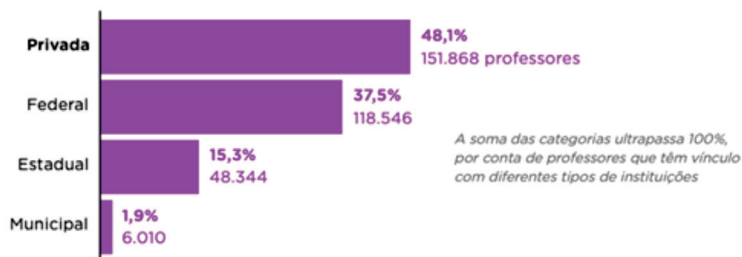
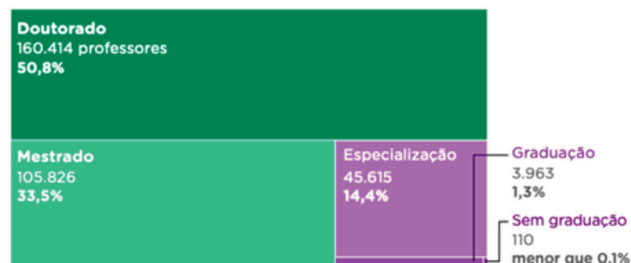


Gráfico 1.

Fonte: Censo do Ensino Superior de 2021, Ministério da Educação, com dados informados pelas próprias instituições de ensino. Os dados para a população por raça/cor em 2021 são da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Número de professores universitários, por formação

EM 2021



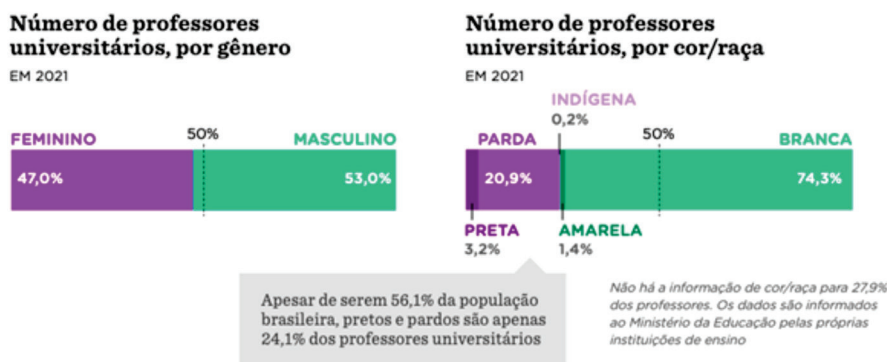
O percentual de doutores é mais alto em universidades públicas e mais baixo em faculdades privadas.

Gráfico 2.

Fonte: Censo do Ensino Superior de 2021, Ministério da Educação, com dados informados pelas próprias instituições de ensino. Os dados para a população por raça/cor em 2021 são da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Gostaria de destacar também os dados sintetizados no Gráfico 3. Vejam que, apesar de sermos 56% da população brasileira – na condição de pessoas pretas ou pardas, segundo as categorias utilizadas pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística —, nós não somos sequer metade dos professores atuantes no ensino superior. Se somarmos os percentuais de pessoas que se definem como pretas e pardas nos dados do Censo do Ensino Superior, nós representamos no máximo 24% do corpo docente universitário. Então a gente está falando de uma população que tem 56% de pessoas pardas e pretas e que, não obstante, correspondemos a apenas 24% de professores universitários que assim se definem. Em relação ao gênero, há também uma desproporção, e isso fica muito explícito em alguns cursos, em algumas áreas do conhecimento.



Em relação à idade, 67,8% tem mais de 40 anos. A proporção de mulheres é maior entre as faixas etárias mais jovens.

Gráfico 3.

Fonte: Censo do Ensino Superior de 2021, Ministério da Educação, com dados informados pelas próprias instituições de ensino. Os dados para a população por raça/cor em 2021 são da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A propósito, quando acionamos o conceito de interseccionalidade, nós não estamos recorrendo a uma abstração criada por uma agenda importada dos Estados Unidos. Sobretudo porque a agenda da interseccionalidade e a origem desse conceito também poderiam ser lastreadas e buscadas a partir do Brasil. Lélia Gonzalez, no começo dos anos 80, já escrevia e publicava textos, inclusive em inglês, nos quais refletia sobre a importância

de criar um projeto emancipatório transversal que unisse mulheres negras e indígenas. A emancipação dessas mulheres significaria a emancipação das sociedades “amefricanas” como um todo, porque, ao começar por aquelas que são mais expostas e vulneráveis, nós tornaríamos possível a repactuação dessas sociedades em termos verdadeiramente democráticos.

Vejamos, no Gráfico 4, como isso se expressa nas estatísticas, onde a maioria dos docentes no ensino superior é composta de homens brancos e de mulheres brancas. Vejam só o lugar ocupado pelas mulheres negras. Elas ocupam esse lugar num país como o Brasil, que é majoritariamente negro. A hierarquia que se assenta em desigualdades de caráter racial, de classe e de gênero faz com que as mulheres negras, em especial, apareçam na base de qualquer estudo ou levantamento. E o resultado não é diferente quando avaliamos as estatísticas para compreender como o ensino superior se constitui, ainda que seja importante dizer que, em muitos casos, a presença de mulheres negras é maior que a de homens negros quando olhamos para os dados relativos ao corpo docente, isto é, aos estudantes universitários.



Gráfico 4.

Fonte: IPEA 2020.

Em visto disso, vamos agora pensar a realidade concreta de lugares pelos quais eu passei durante a minha trajetória acadêmica e dos quais eu posso falar porque conheço bem. Desde o tempo em que eu estudei e morei

na Universidade de São Paulo, entre 2003 e 2007, no alojamento do CRUSP, bloco B604, o cenário com o qual eu me deparava praticamente não mudou em nada: “Professores negros da USP propõem reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas”, diz a matéria publicada no *Jornal do Campus* no dia 2 de dezembro de 2022. Vale a pena destacar o seguinte trecho: “A USP conta com 5.531 docentes e apenas 125 deles não são brancos. [...] A realidade chocante na maior universidade do país evidenciou a urgência na implementação de políticas de ações afirmativas a favor da diversificação do quadro de professores.”

Eu não consigo ler essa matéria sem ficar escandalizado. Eu não sei o que que vocês sentem ao saber desse tipo de coisa, mas essa informação me causa revolta e um profundo descontentamento com o que têm feito — ou deixado de fazer — os colegas brancos professores da Universidade de São Paulo em relação à sua falta de comprometimento prático e factual com a implementação de cotas para o acesso de pessoas negras à carreira docente. Vale a pena repetir: apenas 2,3% dos docentes da USP não são brancos. Isso num estado que tem ao menos 40% de habitantes pretos ou pardos.

Como vocês justificariam e a que tipo de argumento vocês recorreriam, caso eu perguntasse a vocês a que se deve esse cenário? E por que algumas universidades estaduais tomaram a iniciativa de fazer jus ao seu caráter de autarquias e implementaram políticas de reserva de vagas enquanto outras simplesmente se recusam a fazê-lo de modo efetivo e transparente? Eu poderia dizer que, certamente, tal estado de coisas não se deve à falta de pessoas negras qualificadas a ocupar esses espaços. Sem dúvida nenhuma, é por indiferença e desrespeito à nossa existência e à legislação vigente, implementada no Brasil no âmbito federal desde as Leis nº 12.711/2012 e 12.990 de 2014, as quais tornam possível a aplicação do princípio de reserva de vagas para o acesso ao ensino superior e à carreira docente por parte de pessoas pretas, pardas e indígenas.

Apenas para introduzir um breve parêntese, gostaria de mencionar um exemplo de como essa indiferença ou descaso deliberado ocorre e mantém universidades como a USP como espaços de exclusão e perpetuação

de desigualdades raciais. Muitas vezes, quando existem vagas disponíveis para a abertura de um concurso docente, tais vagas só podem ser ofertadas com a aplicação de cotas de caráter racial, por exemplo, se esse concurso prever a contratação de três ou mais docentes no mesmo certame. O que acontece em lugares como a Universidade de São Paulo, onde supostamente ninguém se assume abertamente racista e, a princípio, a grande maioria se diz favorável à diversificação da comunidade acadêmica (discente e docente), é que o problema existe porque diferentes departamentos precisariam organizar concursos concomitantes, nos quais o número de vagas excederia o limite de três e, assim, permitiria, ao menos, a realização de sorteios para decidir qual departamento e quais vagas poderiam ser objeto da aplicação do princípio de reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e/ou com deficiência. E essa situação raramente acontece. É muito raro e improvável que esse tipo de articulação entre departamentos ocorra sem que as instituições, como um todo, estejam de fato e anteriormente comprometidas em reduzir as desigualdades que elas perpetuam.

Vejamos o que diz um professor da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo a respeito dessa situação: “Os alunos buscam referências. É muito difícil para um aluno negro entrar e fazer todo o curso sem ter nenhum professor negro ou uma professora negra, na qual ele possa olhar.” Eu complementaria dizendo que referência não é apenas a referência intelectual dos autores que a gente lê. Também é a referência de um corpo que está diante de você na sala de aula e que te mostra que, apesar de todas as dificuldades, é possível; que apesar de todas as dificuldades, seria possível uma trajetória como aquela que está diante de você na condição de um professor ou professora. Que você se inspirasse naquela trajetória e vislumbrasse a possibilidade de se tornar um professor negro ou negra no futuro. Esse não é exatamente o caso quando a gente olha as estatísticas de instituições como a Universidade de São Paulo. Lembrem-se: apenas 2,3% dos professores da USP não são brancos.

Vejamos o que acontece na Universidade Federal do Espírito Santo, a UFES. No estado, 52% da população se declara parda, 12,3% das pessoas

se declaram pretas, e quando a gente olha os professores da UFES, do total de quase 3 mil, docentes apenas 378 são negros, ou seja, pretos ou pardos; o que representa aproximadamente 13,5%. Segundo o depoimento da então vice-presidente da Associação dos Docentes da UFES, a administração central da universidade justifica a não aplicação da Lei 12.990 de 2014 com o argumento de que foi criada uma comissão que ainda está analisando como e qual seria a melhor maneira de aplicar e implementar a lei que permite a reserva de vagas.

Vejam os dados da Tabela 1, que para mim também são estarrecedores. Quando a gente olha os dados da pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar de Ação Afirmativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, assim como o índice de inclusão racial que mede a capacidade de inclusão das políticas de ação afirmativa nas universidades federais e estaduais brasileiras, a região Sul do país é a única que se aproxima de um índice de inclusão racial satisfatório. Por incrível que pareça, uma das razões é que a proporção de pessoas pretas, pardas e indígenas do Sul do Brasil é menor. Logo, o número de pessoas a serem incluídas também é menor. O cenário é completamente diferente quando a gente considera lugares do Brasil nos quais a maioria da população é negra ou cujo número de pessoas indígenas também é mais significativo.

Composição racial, cotas para PPIs e IIR por região em 2020

	População PPI	AA PPI Federais	IIR Federais	AA PPI Estaduais	IIR Estaduais
Centro-Oeste	56,9%	29,8%	0,52	27,4%	0,48
Nordeste	69,6%	35,3%	0,51	24,0%	0,34
Norte	75,6%	42,5%	0,56	3,6%	0,05
Sudeste	43,9%	29,2%	0,67	21,9%	0,50
Sul	20,9%	20,1%	0,96	14,9%	0,71

Tabela 1.

Fonte: GEMAA, 2020.

E vejam como esses dados (Gráfico 5) podem também ser vistos na linha do tempo e como não são apenas as ações afirmativas que têm permitido uma maior diversidade, uma representação mais próxima daquela que a gente encontra na população brasileira refletida dentro das salas de aula. As cotas são fundamentais, foram e continuam sendo, mas existe uma entrada significativa de alunos pretos, pardos e indígenas pela ampla concorrência que não pode ser desconsiderada.

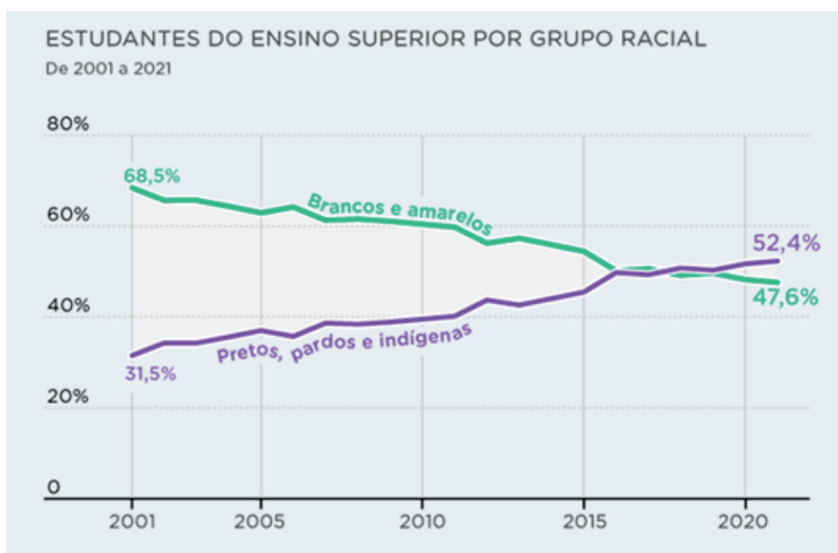


Gráfico 5.

Fonte: GEMAA, 2021.

Foi por conta desse contexto que os estudantes negros da Universidade Federal do Espírito Santo criaram uma agenda antirracista. Em sua maioria, esses estudantes são provenientes de classes trabalhadoras, de famílias pobres e periféricas. Eles se organizaram para denunciar o estado de coisas que estamos discutindo neste encontro, e eu gostaria de destacar o seguinte trecho de um documento publicado pelo Coletivo Negra da UFES: “O Negra surgiu [em junho de 2012] da demanda pela implementação da Lei 10.639 de 2003, além da forte pressão do debate pela aprovação da Lei de

Cotas raciais na Universidade Federal do Espírito Santo, mas vários foram os fatores de violência que os estudantes negros e negras sofreram na escola e sofrem ainda na universidade, onde esse processo permanece devido à luta pela mudança do status quo nos cursos de graduação.” Em 2017, o coletivo de estudantes negros de Ciências Sociais da UFES apresentou uma carta antirracista que exigia a inclusão de autores negros em todas as ementas e disciplinas, com as seguintes palavras:

O tom dessa carta é de exigência, e não de pedido, pois entendemos que, historicamente, o conhecimento produzido na área de Ciências Sociais contribuiu profundamente para a permanência e o fortalecimento de ideologias racistas no Brasil (vide as teorias de branqueamento social e democracia racial). [...] não podemos continuar lendo e discutindo uma bibliografia estritamente branca e masculina depois de mais de 100 anos de abolição. A universidade mudou e precisamos estar atentos para os outros corpos e intelectualidades que a ocupam. [...] Sabemos que alguns professores fazem essa inclusão, mas isso ocorre de modo isolado e nosso intuito é que essa prática torne-se uma política do curso de Ciências Sociais. Afirmamos ainda que não desejamos ler apenas autores negros que debatem questões relacionadas às relações étnicorraciais porque, ao contrário do que a branquitude pensa, nosso povo tem uma produção extensa, que abrange diversas áreas e temáticas. Nos propomos a auxiliar os docentes no sentido de encaminhar drives com textos e materiais de apoio, para que vocês não justifiquem a não-escuta de nossa reivindicação afirmando que não têm conhecimento da produção intelectual negra. Desejamos também outros mundos não-racistas possíveis, que infelizmente não cabem nessa carta.

Assinaram: Ana Beatriz Moreto, Ana Luíza Ozanan, Gabriela Ramos, Igor Torquato, João Victor Santos, Lucas Inácio, Tamyres Batista Costa, Vanessa Carvalho e Washington Galvão.¹

1 Excerto da “Carta dos Estudantes Negros/as ao departamento de Ciências Sociais da UFES, 14 de novembro de 2017”. A íntegra da carta pode ser acessada através do link: <https://www.vozesnegras.com/cartaantirracista>

Até aqui, eu fiz um breve panorama, mas a discussão que proponho é parte de uma pesquisa mais ampla à qual tenho me dedicado e que tem como objeto o ensino de Antropologia no Brasil a partir de um olhar afro-diaspórico e atento à presença de pessoas pretas na sala de aula. A título de ilustração, vejam (Tabela 2) o que acontece quando avaliamos 33 ementas de cursos de Introdução à Antropologia ofertados em universidades federais e estaduais em todo o país. Existe uma grande dispersão de autores. O número total de autores que eu identifiquei foi de 124 em 33 ementas, e aqui eu estou considerando todas as unidades da Federação e todos os estados brasileiros e suas principais universidades federais, além de algumas universidades estaduais que dispõem de importantes departamentos e programas de pós-graduação na área. Quando analisamos a presença de autores não brancos, identificamos apenas 14 autores negros e 6 indígenas. Vejam quais são os autores mais mencionados em todas as ementas analisadas: Claude Lévi-Strauss, Malinowski, Franz Boas, Geertz, DaMatta, Marcel Mauss. Lélia Gonzalez aparece com 5 menções, junto de Ailton Krenak. E eu gostaria de deixar uma provocação, que é a seguinte, já para caminhar para à conclusão da minha fala. Quando se diz que a gente não pode alterar disciplinas como as de Introdução à Antropologia porque ali estão os clássicos da nossa área, não é bem isso que a gente encontra quando nos dedicamos a estudar as ementas. Afinal, não existem 124 clássicos que possam ser considerados indispensáveis para lecionar uma disciplina de Introdução à Antropologia. Os autores considerados clássicos corresponderiam a pouco mais de uma dezena dos autores listados na Tabela 2. A dispersão, aliás, a enorme dispersão de autores, mostra que incluir ou não pessoas negras e indígenas numa ementa é uma decisão política que tem pouco a ver com a definição desses autores como clássicos. Basta notar que se a dispersão e variação dos autores é muito grande, no final das contas, não existe consenso sobre como ensinar Antropologia no Brasil. Logo, a não inclusão de pessoas pretas é uma decisão política que é, por sua vez, influenciada por um viés inquestionavelmente racista.

Autores	Antropologia 1 ▼	Autores	Antropologia 1 ▼
C. Lévi-Strauss	30	A.R. Radcliffe-Brown	7
B. Malinowski	24	Lila Abu-Lughod	7
Franz Boas	23	Horace Miner	6
Clifford Geertz	22	Edward Tylor	6
Roberto DaMatta	21	Victor Turner	6
Marcel Mauss	18	T. Eriksen, F. Nielsen	5
E. Evans-Pritchard	14	Denys Cuhe	5
François Laplantine	13	Tim Ingold	5
Roque Laraia	13	Lélia Gonzalez	5
Marshall Sahlins	12	Ailton Krenak	4
Mariza Peirano	11	M. Mauss, E. Durkheim	4
Celso Castro	10	Roy Wagner	4
R. Cardoso de Oliveira	9	Gersem Baniwa	4
James Frazer	9	Márcio Goldman	3
Ruth Benedict	8	Michel de Montaigne	3
Gilberto Velho	8	Davi Kopenawa	3
Margareth Mead	7	James Clifford	3
Tzvetan Todorov	7	E. Viveiros de Castro	3
Lewis Morgan	7	Rita Segato	3
		Frederik Barth	3
		Pierre Clastres	3

Tabela 2. Autores e número de menções em ementas de Introdução à Antropologia, de 2022 a 2023.

Fonte: Elaboração própria.

Eu concluo a minha apresentação com a citação de um trecho do estudo feito por Smith e Garrett-Scott (2021), em um artigo intitulado “Nós não somos nomeadas: mulheres negras e a política de citação na Antropologia”: “De Zora Neale Hurston a Alice Walker, mulheres negras que foram alienadas pela Antropologia como campo voltaram-se para a escrita literária para se envolver com culturas da diáspora africana e pensar criticamente sobre as realidades sociopolíticas e culturais de populações negras a nível global. [...] Pessoas negras e, especificamente, mulheres negras, de fato foram historicamente apagadas do cânone na Antropologia, apesar de realizarem etnografias abrangentes e de publicar os seus trabalhos.” Destaco

uma última frase desse estudo e concluo com ela: “Em nenhum lugar nosso apagamento é mais evidente do que nas taxas de citação na Antropologia.” Eu acrescentaria apenas que nosso apagamento é também evidente nas ementas, nos programas das disciplinas que nós oferecemos como parte do ensino de Antropologia das universidades brasileiras, e cabe a todos e todas nós mudar esse cenário.

Referências bibliográficas

KILOMBA, Grada. Quem pode falar? *In: Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. São Paulo: Cobogó, 2008; 2019. p. 47–69.

SMITH, Christen; Garret-Scott, Dominique. We Are Not Named: Black Women and the Politics of Citation in Anthropology. *Feminist Anthropology*, 2, p. 18–37, 2021.